A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO NOS CASOS DE SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL

THAÍS DE CARVALHO CARUSO
Universidade Presbiteriana Mackenzie

HOSANA ISABEL CORTENOVE MOREIRA DOS SANTOS
Universidade Presbiteriana Mackenzie

RESUMO: A disputa de guarda dos filhos em uma separação matrimonial gera muitas vezes a discórdia, podendo ocorrer a manipulação de uma das partes para influenciá-lo a seu favor, desencadeando um transtorno psicológico denominado Síndrome de Alienação Parental. Mediante esta situação a utilização da mediação como método alternativo de solução de conflito vem sendo valorizada como forma eficiente e célere comparada a utilização da justiça tradicional. O método a ser utilizado para atingir o objetivo proposto nessa pesquisa qualitativa será o exploratório, utilizando como forma de organização a dedução, permitindo que a partir de princípios gerais os fatos particulares sejam deduzidos. Far-se-á uma leitura, extraíndo os temas mais relevantes para a pesquisa através de um levantamento bibliográfico por meio de artigos, doutrinas, teses e legislação. A violência psicológica, por não ter marcas físicas, torna-se difícil sua constatação no processo de Alienação Parental. A razão pela qual ela aparece, em casos de disputa de guarda, ocorre devido a não aceitação de um dos cônjuges do divórcio ou por sentimentos adversos. Uma das possíveis consequências desse conflito é o surgimento da Síndrome de Alienação Parental. Esta síndrome refere-se a sintomas apresentados por crianças e adolescentes, constatada a partir do momento em que são afetados pela influência do genitor alienador, ocasionando consequências negativas. Nos processos atuais de disputa familiar, considerando que o direito brasileiro adota o sistema adversarial, sua resolução da lide leva tempo e custos elevados. Uma das modalidades para resolver esse impasse é a mediação que é um instrumento de pacificação de natureza voluntária e autocompositiva, na qual um terceiro, imparcial, que age de forma ativa ou passiva, de modo a facilitar o diálogo entre as partes, para que elas tentem solucionar o conflito. O papel do mediador é cooperar, ensinar e conscientizar as partes a resolverem os conflitos pessoais pendentes, buscando a satisfação das mesmas com um acordo justo. A lei 13.140/15 (Lei da Mediação) traz diversas inovações e regras com objetivo de facilitar sua aplicação, sendo a imparcialidade do mediador o princípio norteador, pois, sobretudo as partes devem ter total autonomia sobre suas decisões. Assim, a mediação é o meio mais adequado para solucionar as controvérsias decorrentes da disputa de guardas de crianças e adolescentes, no qual se identifica sinais de alienação parental. No campo do Direito da Família, a mediação atuaria como forma de priorizar a abertura de diálogos entre as partes, formando um acordo sem consequências psicológicas negativas aos filhos. Ao trazê-la para a resolução das lides torna-se de grande valia para a proteção da criança e adolescente, conforme previsto no Artigo 227 da Constituição Federal, garantindo seu direito fundamental.

PALAVRAS-CHAVE: ALIENAÇÃO PARENTAL; MEDIAÇÃO; MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO.